

Dívida dos estados com a Caixa Econômica Federal soma US\$ 9 bilhões

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo federal e onze estados dão, hoje, o primeiro passo concreto para consolidar o processo de rolagem das dívidas estaduais e municipais com a União. O Ministério da Fazenda espera assinar, em ato solene, hoje às 11 horas, os termos de compromisso com os governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão e Mato Grosso do Sul, envolvendo dívidas contratuais de mais de US\$ 10 bilhões, sendo que desse montante, cerca de US\$ 9 bilhões representam débitos com a Caixa Econômica Federal.

No ato da assinatura desse documento — que terá validade por 90 dias, prazo em que a lei da rolagem deverá estar aprovada e sancionada e os contratos bilaterais (estado com a União) assinados — a Caixa Econômica Federal receberá, a título de pagamento de 1/240 (um duzentos e quarenta avos) de dívida vencida, cerca de US\$ 38 milhões, desses estados (exceto Minas Gerais, Ceará, Amazonas, Pará e Rio de Janeiro, que estão com seus pagamentos em dia com a CEF).

"Começamos a virar as primeiras páginas" da história de inadimplência dos estados com a União, disse ontem o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis de Barros Carvalho, que conduziu as negociações com os governos estaduais, tendo como balizador o projeto de lei substitutivo do deputado Germano Rigotto (PMDB/RS). Desde setembro de 1991 que a grande maioria dos estados da federação deixou de fazer os pagamentos de dívidas contratuais assumidas com a CEF, BNDES, BNB, BASA e mesmo débitos de empréstimos junto à reserva monetária do Banco Central, que os bancos estaduais contraíram e, posteriormente, foram assumidos por tesouros estaduais.

A assinatura dos termos de compromisso representa uma maneira de agilizar as negociações até que o Congresso Nacional aprove a lei de rolagem, o que é esperado para a próxima semana, dado que o projeto deve tramitar em regime de urgência urgentíssima e já foi previamente discutido com governadores e Ministério da Fazenda. Amanhã o PL pode ser votado na Comissão de Finanças da Câmara.

Sancionada a lei, os estados poderão assinar os contratos de rolagem de suas dívidas, por vinte anos de prazo, juros estabelecidos pela média ponderada das taxas contratuais, mais correção monetária pelo índice de atualização dos passivos de cada instituição credora.

O estoque da dívida mobiliária está fora dessa primeira etapa da rolagem e, pelo substitutivo do deputado Germano Rigotto, será renegociado junto ao Banco Central, num prazo de noventa dias a partir da promulgação da lei. O limite de comprometimento das receitas líquidas com os pagamentos de serviços das dívidas ficou para ser definido pelo Senado Federal, mas o Ministério da Fazenda, segundo Carvalho, continua insistindo nos 11%. Inclusive, ele explicou que haverá um certo "colchão" na rolagem da dívida mobiliária, para que o

Os acordos de São Paulo e Bahia

por Nora Gonzalez
de São Paulo

Será assinado hoje em Brasília o termo de compromisso para a rolagem da dívida do Estado de São Paulo com o governo federal — um acordo provisório pelo qual o governo paulista se compromete a pagar à União parcelas mensais equivalentes a 1/240 avos de uma dívida total de US\$ 2,9 bilhões.

Desse valor, US\$ 700 milhões correspondem ao passivo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e US\$ 2,2 bilhões à dívida contraída junto à Caixa Econômica Federal.

Depois da assinatura do termo de compromisso, o Congresso deverá votar o contrato de refinanciamento definitivo contido no projeto de lei 3.527/93. Até a aprovação da lei, São Paulo pagará 1/240 avos e a partir de então a quantia que será especificada pelo Senado, calculada tomando-se como base o limite de comprometimento de receita de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os pagamentos mensais. A Assembleia Legislativa deverá, então, votar lei estadual que dará autorização ao governo paulista para que seja assinada a rolagem definitiva.

"O termo de compromisso constitui-se no início de um processo de normalização das relações entre estados, municípios e União", disse Atílio Bertoldi, coordenador de operações de crédito do governo paulista. "É da maior importância porque permitirá a retomada do processo de obtenção de recursos nos mercados financeiros nacionais e internacionais".

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, disse ontem que as vantagens do novo acordo estão em que ele leva em conta a capacidade de pagamento dos estados, ao contrário daquele proposto pela então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

BAHIA

O Estado da Bahia assina também hoje com a União um termo de compromisso para sua dívida refinanciável.

De Brasília, o secretário da Fazenda, Rodolpho Tourinho Neto, viaja para Washington para uma reunião com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a revisão final do projeto Corredor de Transportes Rodoviários do Estado da Bahia. "Já em setembro deveremos assinar com o BID o contrato no valor de US\$ 147 milhões para recuperação de estradas no oeste baiano, onde o Estado da Bahia entrará com a contrapartida no mesmo valor", concluiu.

limite estabelecido de comprometimento das receitas seja suficiente para pagar todos os encargos das dívidas envolvidas (INSS, FGTS, dívida externa não afetada, dívida mobiliária e dívida externa já refinanciada por vinte anos pelo Tesouro Nacional, que, como avalista, bancou os pagamentos no passado).

Carvalho informou, também, que os débitos das empresas estatais junto aos seus fornecedores e empreiteiras estão sendo objeto de negociação. Segundo ele, a alternativa é securitizar essa dívida e transformá-la em moeda de privatização. O secretário não quis entrar em mais detalhes sobre o assunto.